



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETIVO

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, objetivando viabilizar o cumprimento de suas atividades meio e fim, inicia processo licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos de representação, serviço e operacionais, sem combustível e sem motorista, por quilometragem livre, para atender às necessidades de transporte terrestre da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.

2. DA MODALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1. Por se tratar de contratação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002, o certame licitatório será realizado na modalidade **Pregão, em sua forma Eletrônica**.

2.2. Para a contratação dos serviços, manifesta-se a observância dos ditames da Lei Federal nº 10.520/2002, e supletivamente, da Lei Federal nº 8.666/1993, em detrimento das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Aplica-se, por analogia, as disposições da IN nº 05/2017 e suas alterações, em razão da ausência de regulamentação estadual específica.

3. DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto desta contratação se dará mediante o regime de execução de **empreitada por preço global**, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea “a” da Lei Federal nº 8.666/1993.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

4. DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro desempenha papel fundamental para a sociedade fluminense, atuando como órgão central do Estado no tocante à administração fiscal, tributária, financeira, econômica e contábil, o qual tem por missão o provimento e gerenciamento dos recursos que viabilizam a gestão do Governo, com transparência, isenção e tempestividade, prestando contas e disponibilizando com agilidade as informações necessárias para o contínuo aperfeiçoamento do controle fiscal e social do Estado.

Nos termos do art. 1º da Resolução SEFAZ n.º 48, de 18 de junho de 2019, o órgão tem como finalidades o gerenciamento do Sistema Tributário Estadual, para garantir a efetivação do potencial contributivo da economia e assegurar o controle da arrecadação tributária, inclusive no tocante às receitas não-tributárias previstas na Lei nº 5.139/2007; a formulação e implementação de políticas que garantam a justiça fiscal, promovendo a tributação, a arrecadação e a fiscalização; e a instituição, manutenção e aprimoramento dos sistemas de normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

No exercício da missão institucional, é essencial a utilização de meios de transporte terrestre, para traslado de documentos sigilosos, suporte aos Postos de Controle Fiscal, distribuição de insumos, movimentação de equipamentos, e condução de autoridades e servidores públicos, de modo a subsidiar às atividades administrativas e operacionais do Órgão, além de preservar a segurança física de autoridades e servidores usuários do serviço, durante deslocamentos para execução das funções pública. Razão pela qual esta Secretaria tem adotado o modelo de contratação baseado na locação de veículos de serviço, operacionais e de representação.

Salienta-se que a utilização de veículos oficiais pelos órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro é regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 47.298, de 02 de outubro de 2020, o qual dispõe que:



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

Art. 6º - Os veículos dos órgãos participantes do SIGETRANSP são classificados em:

(...)

II - Veículos de Representação - aqueles de uso estrito das seguintes autoridades:

a) Secretários de Estado do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro; (...)

III - Veículos de Serviço - aqueles utilizados para transporte de pessoas, documentos, cargas e para execução de atividades necessárias ao funcionamento regular dos órgãos;

IV - Veículos Operacionais - aqueles destinados a atender à execução de serviços específicos de determinados Órgãos do Estado e que, por isso, apresentam suas características originais de fábrica alteradas e/ou possuem instalados equipamentos adicionais necessários para o desempenho de atividades próprias, normalmente, voltadas para segurança pública, saúde pública e fiscalização;

(...)

§ 5º - Está autorizado o uso de veículo de representação por até dois respectivos substitutos diretos (devidamente designados) das autoridades previstas no inciso II, a) e b), do presente artigo.

Ademais, registra-se que foram firmados no bojo dos processos SEI-040230/000022/2021, SEI-04/227/000042/2019 e E-04/056/104/2016, os Contratos nº 013/2021, nº 017/2020 e nº 006/2018, cujos objetos são o prestamento de serviços de locação de carro tipo pick-up, blindado para a condução do Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro e veículos automotores, respectivamente.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

O Contrato nº 013/2021 foi pactuado com a empresa CS Brasil Frotas Ltda para locação de 07 (sete) camionetas uso misto, tipo pick-up, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contados de 21 de setembro de 2021, por meio da utilização das unidades disponíveis na Ata de Registro de Preços nº 011/2021 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, da qual é participante a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, após manifestação da área responsável no Documento Sei nº 21384185.

Já o Contrato nº 017/2020 foi ajustado com a empresa OBDI Motors do Brasil Meirelles – EPP para locação de 01 (um) veículo, tipo sedan, blindado, por um período de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 03 de abril de 2020. Este contrato se limita à locomoção do Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, não abrangendo veículos oficiais para locomoção das autoridades que têm por atribuição sua substituição eventual e que teriam direito à utilização de veículo de representação, nos termos do art. 6º, II c/c §5º do Decreto Estadual n.º 47.298, 02 de outubro de 2020.

Enquanto isso, o Contrato nº 006/2018 foi firmado com a empresa Libem Serviços e Locações de Veículos Ltda para locação inicialmente de 17 veículos, e posteriormente, de 15 veículos (indexador 14034660), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, prorrogado por mais 18 (dezoito) meses, através dos termos aditivos nº 008/2021 (indexador 14527405) e nº 030/2021 (indexador 21975138), sendo seu escopo reduzido para 10 (dez) veículos, conforme se verifica em indexador 27044799.

O referido contrato tem como termo final de vigência o dia 12 de setembro de 2022. Razão porquanto foi verificada a possibilidade de utilização das viaturas *hatch*, da Ata de Registro de Preços nº 011/2021, objetivando suprir às necessidades desta Secretaria. Contudo, os carros não puderam ser utilizados, pois o modelo de veículo disponibilizado é o denominado subcompacto, que comparado ao compacto apresenta em média 15% menos capacidade de tanque, reduzido espaço interno pela menor distância entre os eixos, e porta-malas com volume médio 25% inferior. Condições, portanto, que prejudicariam a eficiência das atividades administrativas.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças
Consoante manifestação desta Coordenadoria de Serviços Compartilhados (indexador 213847370).

Verifica-se, assim, que os Contratos nº 013/2021 e nº 017/2020 e a Ata de Registro de Preços nº 011/2021, não atendem integralmente às necessidades da SEFAZ/RJ, que hoje necessita da locação de veículos de Representação para o Chefe de Gabinete, Subsecretário-Geral de Estado de Fazenda e a Subsecretária do Tesouro, e de veículos de Serviço e Operacional para o cumprimento das atividades das Equipes de Gestão de Documentos, Zeladoria, Almoxarifado e Manutenção Predial, e para fins de apoio logístico às operações de fiscalização dos Postos de Controle Fiscal, face ao término eminente do Contrato nº 006/2018.

A pretendida contratação justifica-se ainda face à complexidade das ações em tela, razão pela qual asseveramos à Dotação Veicular Oficial (DVO), que estabelece o quantitativo de 24 (vinte e quatro) carros à disposição desta Secretaria, conforme tratativas acostadas no bojo do processo SEI-120001/015399/2020 (indexador 33511364).

No mais, informa-se que segue em andamento o processo SEI-040177/000335/2021, o qual tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação 01 (um) de veículos de carga, tipo caminhão baú, com rastreador de frota, sem fornecimento de motorista e de combustível, e se destina ao transporte de mobiliário, de material de obra e de almoxarifado e de malotes de documentos, não abrangendo a necessidade administrativa tratada na presente contratação.

Isto posto, objetivando o cumprimento das funções institucionais da SEFAZ/RJ, impõe-se a realização de procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos de representação, serviço e operacionais, sem combustível e sem motorista, por quilometragem livre, e pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

5. DO PARCELAMENTO DO OBJETO



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

O art. 23, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993 estabelece que “As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala”.

Em análise a essa disposição, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1214/2013-Plenário, se manifestou no sentido de que o expresso no supracitado artigo não configura regra absoluta pelo parcelamento ou não do objeto, devendo ser avaliada a viabilidade técnica e econômica em cada caso.

Nesse mesmo sentido, a Súmula nº 427 do Tribunal de Contas da União estabelece a obrigatoriedade da adjudicação por item, nas contratações em que o objeto seja divisível, salvo quando a sua divisibilidade possa prejudicar o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

A inviabilidade técnica, conforme entendimento de Marçal Justen Filho, se caracteriza quando o fracionamento do objeto em itens ou lotes distintos possa comprometer a integridade qualitativa do objeto a ser executado, importando risco de impossibilidade de execução satisfatória pela desnaturação do objeto.

O autor explica ainda acerca da inviabilidade econômica, a qual impede o fracionamento do objeto quando a contratação por itens ou lotes acarretar o aumento do preço a ser pago pela Administração. Nesse caso, o não parcelamento do objeto é permitido para manutenção da economia de escala, pois o aumento dos quantitativos produziria a redução dos preços e, por conseguinte, garantiria a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.¹

¹JUSTEN FILHO, MARÇAL. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. ed. rev. atual. ampl. Revista dos Tribunais, 2014, p. 366.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

Na contratação em análise, vê-se como benéfico o parcelamento do objeto em dois itens distintos; um destinado à locação de veículos de representação, e outro à viaturas de serviço e operacionais, visto que não se verificam prejuízos técnicos e econômicos para a contratação, asseguradas as manutenções da integralidade da solução e da economia de escala.

6. DO OBJETO

6.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos de representação, serviço e operacionais, sem combustível e sem motorista, por quilometragem livre, para atendimento às necessidades de transporte terrestre da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.

6.2. Adotar-se-á como subtipo de licitação o **menor preço por item**, facultando-se às licitantes a participação em quantos itens forem de seu interesse.

6.3. As categorias dos veículos de serviço (“compacto”) e de representação (“grande”) foram definidas de acordo com a tabela do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE-Veicular), extraída do site <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/avaliacao-da-conformidade/programa-brasileiro-de-etiquetagem/tabelas-de-eficiencia-energetica/veiculos-automotivos-pbe-veicular>.

6.4. O objeto da demanda, segundo o catálogo de materiais e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) é contemplado com as seguintes descrições:

Item	ID SIGA	Cód. do item	Especificação/Descrição do SIGA
01	176929	0667.002.0026	Serviços de locação veículo automotor, categoria: veículo de serviço, capacidade: 05 ocupantes incluindo o motorista, descrição: modelo hatch, zero km, categoria compacto, 4 portas, movido a gasolina/álcool, condicionador de ar, motor potência de 72 cv a 85 cv (referência gasolina), distância entre eixos de 2.460 mm ~ 2.600 mm, direção



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

			hidráulica/eletroassistida, vidro elétrico e trava elétrica nas 4 portas, freios ABS, airbag duplo, apoio de cabeça em todos os assentos, protetor carter, rádio AM/FM/entrada USB, motorista: sem motorista, combustível: sem combustível, informação complementar: livre de km e isento de pagamento de franquia.
02	133715	0667.004.0098	Serviços de locação veículo automotor, categoria: representação, capacidade: 5 passageiros, descrição: tipo sedan; bicomcombustível: gasolina e etanol; potência 140 ~ 190 cv (gasolina); distância entre eixos: de 2600 ~ 2720 mm, quatro portas, ar-condicionado, direção hidráulica/eletroassistida, freios ABS com EBD, airbag duplo, motorista: sem fornecimento de motorista, combustível: sem fornecimento de combustível, informação complementar: conforme termo de referência.

7. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

7.1. O serviço a ser contratado compreende a locação de veículos com as seguintes características:

Item	Descrição/Especificação do serviço	Unidade de Medida	Quantitativos
01	Locação de Veículo de Serviço e Operacional Categoria: veículo de serviço e operacional Capacidade: 05 ocupantes incluindo o motorista Descrição: modelo hatch, zero km, categoria compacto, 4 portas, movido a gasolina/álcool, condicionador de ar, motor potência de 72 cv a 85cv (referência gasolina), distância entre os eixos de 2.460mm ~ 2.600mm, direção hidráulica/eletroassistida, vidro elétrico e trava elétrica nas 4 portas, freios ABS, airbag duplo, apoio de cabeça em todos os assentos, protetor carter, rádio AM/FM/entrada USB Motorista: sem motorista Combustível: sem combustível Informação complementar: livre de km e isento de pagamento de franquia.	Unidade	12



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

Locação de Veículo de Representação			
02	<p>Categoria: representação Capacidade: 5 passageiros Descrição: tipo sedan, bicomcombustível: gasolina e etanol; potência 140 ~ 190 cv (gasolina); distância entre eixos: de 2600 ~ 2720 mm, quatro portas, ar-condicionado, direção hidráulica/electroassistida, freios ABS com EBD, airbag duplo Motorista: sem fornecimento de motorista Combustível: sem fornecimento de combustível Informação complementar: conforme termo de referência.</p>	Unidade	03

7.2. A prestação de serviços se dará mediante a disponibilização dos veículos em tempo integral, durante todo o período de execução contratual, no local indicado por esta Secretaria, sendo mantidos sob a guarda da SEFAZ/RJ em locais apropriados.

7.3. Os veículos deverão ser novos (zero quilômetro), possuir ano de fabricação 2022, ou superior no caso de substituições, e não poderão estar fora de linha de montagem.

7.4. Os veículos deverão ser de propriedade da contratada e estar em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, nas características originais de fábrica, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental.

7.5. Os veículos deverão ser disponibilizados devidamente registrados e licenciados no Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no Decreto Estadual nº 41.304/2008.

7.6. Todos os veículos disponibilizados pela Contratada deverão, de acordo com seu tipo, ser da mesma marca, modelo e cor.

7.6.1. A marca, modelo e cor dos veículos poderão ser alterados no curso da execução contratual, mediante apresentação de justificativas aceitas pela Administração e desde que atendidas às especificações técnicas mínimas previstas no Termo de Referência, podendo ser iguais ou superiores às especificações técnicas contidas na proposta.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

7.6.1.1. Não serão aceitos quaisquer pleitos de pagamento de valores superiores aos contratados, quando da substituição de veículo locado por interesse da Contratada.

7.7. Os veículos fornecidos devem ter cor sóbria, tais como: preto, prata ou branca.

7.8. A Contratada, quando da entrega dos veículos, deverá fornecer a relação dos veículos, na qual deverá constar a marca, o modelo, a placa, o ano de fabricação, a quilometragem e o tipo de combustível, bem como o certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos em nome da Contratada do Estado do Rio de Janeiro, o manual de fábrica dos veículos, e a apólice de seguro total, sem franquia, com cobertura para roubo, furto, incêndio, colisão, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros e quaisquer casos fortuitos ou de força maior, durante todo o prazo de vigência contratual.

7.8.1. O seguro contratado deverá contemplar acidentes pessoais de passageiros, morte ou aposentadoria por invalidez, no valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por passageiro.

7.8.2. Caso os documentos apresentados vençam durante a execução do contrato ou tenham o teor modificado, a Contratada deverá apresentar a versão válida/atualizada do referido documento em até 05 (cinco) dias após o vencimento/atualização do documento.

7.9. Os veículos serão utilizados no regime de quilometragem livre.

7.10. Os veículos receberão adesivos com a identificação da Secretaria de Estado de Fazenda – Receita Estadual, conforme Resolução SEPLAG nº 1.335/2015, os quais serão fornecidos e afixados pela Contratante.

7.11. A Contratada deverá providenciar, antes da entrega do veículo à SEFAZ, a instalação do equipamento necessário ao rastreamento da frota.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

7.11.1. O referido rastreamento deverá permitir à SEFAZ o acesso online da localização do veículo locado, bem como permitir relatórios com informações acerca da quilometragem percorrida, tempo em que o veículo ficou ligado, consumo estimado de combustível, deslocamentos realizados, entre outros.

7.12. O veículo deverá ser entregue com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.

7.12.1. O abastecimento será de responsabilidade da Contratada na ocasião da entrega e das substituições, sendo os demais abastecimentos de responsabilidade da Contratante.

7.13. A Contratada responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos e de quaisquer equipamentos neles instalados, sem quaisquer ônus para a Contratante, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, dentre outros necessários.

7.13.1. Entendendo-se como manutenção preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo e/ou equipamento), e manutenção corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos ou vícios que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

7.13.2. Todas as manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos de forma a conservá-los seguros e eficientes, inclusive troca de qualquer peça de desgaste natural, e outros, tais como: troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, entre outros, devem estar em conformidade como o manual do veículo, com os princípios da sustentabilidade, e com os procedimentos de logística reversa conforme disposto na Lei Federal nº 12.305/10.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

7.14. A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, à verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus e à conferência do alinhamento da direção.

7.14.1 Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próxima de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI – Thread Wear Indicators.

7.15. Os serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva poderão ser executados pela Contratada em sua sede ou em empresa por ela determinada, em qualquer caso, no Estado do Rio de Janeiro, devendo os veículos serem devolvidos no endereço constante à Rua Francisco Eugênio, nº 78, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, em horário comercial (8:00h às 17:00h).

7.15.1. Os veículos, para realização de manutenção preventiva poderão ser retidos por até 08 (oito) horas, dentre o horário de funcionamento do setor de transportes, que ocorre das 8:00hs às 17:00hs, devendo ser imediatamente substituídos pela Contratada, caso verificada a impossibilidade de conclusão dos serviços de manutenção neste período.

7.15.1.1. Caso seja verificada a necessidade de manutenção por período superior ao indicado no subitem anterior, a Contratada deverá comunicar à Contratante e realizar imediatamente a substituição do veículo retido.

7.15.2. Os serviços de manutenções preventivas simples, como troca de pneu, de lâmpadas e de palhetas do limpador de para-brisas, por exemplo, podem ser realizados dentro da unidade de atuação da SEFAZ/RJ.

7.15.3. Os serviços de manutenção preventiva serão realizados em dias e horários previamente agendados pela Contratada com a Contratante, com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis da execução. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados pela Contratada sempre que solicitados pela Contratante.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

7.16. A Contratada deverá substituir, em no máximo 04 (quatro) horas, a contar das ocorrências relatadas pela Comissão de Fiscalização do Contrato, através de contato telefônico ou e-mail, os veículos que venham a ficar indisponíveis em razão de acidente de trânsito, avaria mecânica, sinistros, má conservação, más condições de segurança ou outra condição que comprometa a sua utilização, por veículos com similares características.

7.16.1. As substituições dos veículos deverão ocorrer nas dependências da SEFAZ/RJ, podendo, em situações excepcionais, ocorrer em local diverso, mediante solicitação ou autorização expressa da Contratante.

7.16.2. Em caso de necessidade de substituição para fora dos limites da Capital do Estado do Rio de Janeiro, o prazo de substituição previsto no subitem 7.16 deste documento, poderá ser acrescido do tempo necessário para o percurso ao local de troca do veículo, de acordo com a quilometragem entre os pontos e as condições de tráfego locais, não ultrapassando o prazo de 12 (doze) horas, podendo ser esse prazo revisado a critério da Contratante.

7.17. Quando solicitada a substituição do veículo, nos casos de necessidade de realização de manutenção preventiva por período ao indicado no subitem 7.15.1 e de necessidade de substituição por indisponibilidade do veículo tratada no subitem 7.16, faculta-se a Contratada a realização de substituição de forma provisória ou definitiva.

7.17.1. Para substituição provisória, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, o veículo substituto deverá apresentar capacidade e potência equivalente ao veículo substituído, e não poderá ter rodagem acima de 90.000Km (noventa mil quilômetros).

7.17.1.1. A Contratada poderá efetuar subcontratação para disponibilizar veículo exclusivamente para fins de substituição provisória, em caso de indisponibilidade de veículos próprios para substituição, em conformidade com as especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência, cabendo, para este caso, a aplicação da disposição do subitem 7.17.1



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

relativa à quilometragem do veículo, se a subcontratação for prévia e formalmente aprovada pela Contratante.

7.17.1.2. Nos casos de substituição provisória, o pagamento efetuado a Contratada considerará a quilometragem do veículo substituto em relação a do veículo substituído, na seguinte proporção:

Quilometragem excedente (x)	Percentual a ser pago
$x \leq 5.000$ km rodados	100%
$5.000 < x \leq 10.000$ km rodados	95%
$10.000 < x \leq 20.000$ km rodados	90%
$20.000 < x \leq 30.000$ km rodados	85%
$x > 30.000$ km rodados	80%

7.17.1.3. A Comissão de Fiscalização do Contrato não aceitará veículo que apresentar mais de 90.000Km (noventa mil quilômetros) rodados para fins de substituição.

7.17.2. Para substituição definitiva, o veículo substituto deverá ser de propriedade da contratada e atender as mesmas especificações do veículo substituído quanto à marca, à capacidade, à potência, à quilometragem, e ao tempo de fabricação.

7.17.3. Deverá ser realizada a substituição permanente do veículo de forma imediata, quando da extrapolção do prazo de substituição provisória indicado no subitem 7.17.1 deste Termo de Referência.

7.17.3.1. No caso da substituição prevista no subitem 7.17.3 acima não se aplica o disposto no subitem 7.17.1 deste Termo de Referência, devendo o veículo substituto apresentar as mesmas especificações do veículo inicialmente substituído.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

7.17.4. A Contratada deverá apresentar, quando substituir um veículo, comprovação de que o substituto está com seu plano de manutenção em dia.

7.18. Não havendo substituição do veículo nos prazos previstos nos subitens 7.15.1 e 7.16 deste documento, a locação será considerada como não realizada, cabendo o desconto respectivo no faturamento correspondente, equivalente ao número de dias de descumprimento da solicitação, sem prejuízo das sanções cabíveis e demais cominações legais.

7.19. A Contratada deverá possuir uma Central de Atendimento 24 horas por dia e 7 dias por semana em condições de viabilizar, junto ao setor de transportes da SEFAZ/RJ ou ao fiscal do contrato, os contatos necessários para solicitar as substituições dos veículos nos casos previstos no item acima.

7.20. A Contratada deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, com plantão para atendimento e socorro com guincho, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato da assinatura do contrato.

7.21. A Contratada deverá encaminhar à SEFAZ/RJ, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis de seu recebimento, as notificações emitidas pelos órgãos de trânsito, para que o condutor possa reconhecer, apondo sua assinatura na respectiva notificação, e/ou para resguardar o direito, por parte do condutor, de interpor recursos.

7.21.1. Caso o condutor não manifeste interesse em interpor recurso, a Contratada deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto à SEFAZ/RJ.

7.21.2. Caso a Contratada não pague a notificação, após reconhecida pelo condutor, em tempo hábil para pagamento com desconto, fica a Contratada obrigada a receber o valor do reembolso da referida multa com o valor total referente ao valor com o desconto.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

7.21.3. Nos casos em que a SEFAZ/RJ não receber a notificação mencionada no subitem 7.21 deste documento, dentro do prazo supracitado, a Contratada se responsabilizará integralmente pelo pagamento dos valores referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadas, decorrentes de infrações.

7.22. A Contratada deverá enviar mensalmente à Contratante relatório, por meio eletrônico, para o endereço: transportes@fazenda.rj.gov.br, listando os serviços de manutenção preventiva e corretiva realizados nos veículos, incluindo data, horário, tipo de serviço e custo de realização. Deverão ser identificados nos relatórios a data e o horário de solicitação de veículo e a data, horário e o local em que foi realizada a entrega do veículo mantido ou substituto.

7.22.1. No caso de não serem realizadas manutenções preventivas e corretivas em determinado mês, este fato deverá constar do relatório indicado no subitem 7.22 deste Termo de Referência.

7.23. A Contratada deverá enviar relatórios mensais, por meio eletrônico, para o endereço: transportes@fazenda.rj.gov.br, ao órgão contratante com as informações de telemetria. Os modelos de relatório que serão utilizados serão apresentados à SEFAZ antes do início da prestação de serviços, para aprovação.

7.24. A Contratada deverá substituir os veículos, ultrapassados 36 (trinta e seis) meses de uso e/ou 90.000 km (noventa mil quilômetros) rodados, o que ocorrer primeiro, com atendimento das mesmas especificações técnicas, no que se refere à marca, à capacidade, à potência, à quilometragem, e ao tempo de fabricação, inicialmente exigidas para a prestação dos serviços.

7.24.1. Nos casos de não ocorrência da substituição programada prevista no subitem 7.24 deste Termo de Referência, o pagamento efetuado a Contratada sofrerá glosa, na seguinte proporção:

Grau	Quilometragem Ultrapassada (x)	Glosa
1	$x \leq 10.000$ km rodados	5%
2	$10.000 < x \leq 20.000$ km rodados	10%



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

3	$20.000 < x \leq 30.000$ km rodados	15%
4	$x > 30.000$ km rodados	20%

7.25. A existência e a atuação da fiscalização da SEFAZ em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução dos serviços contratados e suas consequências e implicações.

7.26. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1. Tendo em vista a responsabilidade da Administração Pública em implementar políticas que garantam o crescimento do país com responsabilidade e respeito à sociedade e ao meio ambiente, inserem-se algumas recomendações de observância obrigatória por parte da contratada quando da prestação dos serviços, de acordo com as características do objeto licitado:

- a) Disponibilização de veículos que atendam aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA nº 001/1993, de 11 de fevereiro de 1993, e complementações e alterações supervenientes;
- b) Disponibilização de veículos que atendam aos limites máximos de emissão poluentes para veículos automotores, em atenção ao disposto no art. 2º, IV, Decreto Estadual nº 43.629/2012, fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução nº 018/1986, de 06 de maio de 1986, e complementações e alterações supervenientes.

9. LOCAL E PRAZO DA ENTREGA DOS VEÍCULOS



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

9.1. Os veículos locados deverão ser entregues pela contratada na Rua Francisco Eugênio, nº 78, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, em horário comercial (8:00h às 17:00h), no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de publicação do instrumento contratual no DOERJ.

9.1.1. Na impossibilidade de entrega do veículo no prazo mencionado no subitem 9.1 por justo motivo, e devidamente comprovado, desde que não tenha derivado de ato praticado pela Contratada, o prazo de entrega poderá ser prorrogado, a critério da Administração, por até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do término do prazo inicial, sem que haja a aplicação das sanções administrativas previstas em Contrato.

9.1.2. Será permitido a Contratada, no caso de dispor de número inferior de veículos contratados durante o prazo previsto no subitem 9.1, a entrega parcial dos veículos, ficando seu pagamento sujeito aos veículos efetivamente entregues no período.

9.1.3. No caso de prorrogação do prazo de entrega prevista no subitem 9.1.1, a Contratada poderá realizar a entrega parcial de veículos durante o período, desde que obedecida a determinação de entrega de todos dos veículos locados ao término do prazo.

9.1.3. Findo o período de prorrogação do prazo de entrega mencionado no subitem 9.1.1, deverão ter sido entregues todos os veículos contratados, respeitada a igualdade de características entre os veículos, sob pena de aplicação de sanções administrativas previstas em Contrato.

9.2. A Divisão de Controle de Transportes da SEFAZ será responsável pelo recebimento dos veículos e pela verificação inicial de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

9.3. Os veículos poderão ser rejeitados quando em desacordo com as especificações técnicas



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

contidas neste Termo de Referência, devendo ser substituídos pela contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.4. A empresa contratada deverá comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, ao servidor responsável Diógenes Portella Caldas, por meio de contrato telefônico (21) 2334-8511, ou através do endereço eletrônico transportes@fazenda.rj.gov.br.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Será exigida comprovação de aptidão para a prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto da licitação.

10.2. A comprovação de aptidão será feita mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado, na forma do artigo 30, II c/c §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.3. O(s) atestado(s) deve(m) comprovar a aptidão para o fornecimento de um quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do total dos respectivos itens objeto da contratação.

10.4. Será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a fornecimentos/serviços realizados que sejam compatíveis com o objeto desta licitação.

10.5. O(s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

10.6. A SEFAZ poderá realizar diligências para verificação da veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica, caso em que a Licitante deverá prestar todas as informações e encaminhar todos os documentos necessários para a comprovação.

11. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da publicação do extrato do contrato no DOERJ.

11.1.1. O prazo contratual poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

12. DO PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente instrumento e da Legislação vigente, respondendo a Contratada pelas consequências da sua inexecução total ou parcial.

12.2. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, que serão oportunamente designados pela Diretoria do Departamento Geral de Administração e Finanças da CONTRATANTE.

12.3. Os representantes da SEFAZ, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

12.4. A Contratada declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

12.5. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

12.6. O fiscal, o gestor de contratos e/ou os demais servidores deverão atentar-se ao disposto no Decreto Estadual nº 45.600/2016.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

13.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto desta contratação, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

13.3. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista.

13.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

13.5. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar os empregados nesse sentido.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

13.6. Acatar as orientações da FISCALIZAÇÃO, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

13.7. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.

13.8. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

13.9. Disponibilizar os veículos em até 90 (noventa) dias corridos contados da data de publicação do instrumento contratual no DOERJ, salvo admitida a prorrogação prevista no subitem 9.1.1, deste Termo de Referência, devendo, no mesmo prazo, apresentar cópia autenticada dos documentos descritos no subitem 7.8 deste documento, os quais deverão previamente ser avaliados e aceitos pela Contratante.

13.9.1. Em caso de substituição de qualquer veículo, a Contratada deverá atualizar os dados junto à Fiscalização da Contratante.

13.10. Contratar apólice de seguro de veículo contra sinistros, que deverá contemplar no caso de acidentes pessoais de passageiros, morte ou aposentadoria por invalidez o valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por passageiro.

13.11. Manter regularizada a documentação do veículo e a validade de equipamentos obrigatórios, quando for o caso.

13.12. Comunicar e substituir imediatamente os veículos recolhidos para realização de manutenção preventiva, caso verificada a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo máximo 08 (oito) horas.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

13.13. Substituir os veículos, ultrapassados 36 (trinta e seis) meses de uso e/ou 90.000 km (noventa mil quilômetros) rodados, o que ocorrer primeiro, com atendimento das mesmas especificações técnicas, no que se refere à marca, à capacidade, à potência, à quilometragem, e ao tempo de fabricação, inicialmente exigidas para a prestação dos serviços.

13.14. Permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos colocados à disposição da CONTRATANTE, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança ou aferição de hodômetro.

13.15. Substituir, em no máximo 04 (quatro) horas, a contar das ocorrências relatadas pela Comissão de Fiscalização do Contrato, através de contato telefônico ou e-mail, os veículos que venham a ficar indisponíveis em razão de acidente de trânsito, avaria mecânica, sinistros, má conservação, más condições de segurança ou outra condição que comprometa a sua utilização, dentro dos limites da Capital do Estado do Rio de Janeiro, e no prazo máximo de 12 (doze) horas, nas ocorrências fora dos limites da Capital do Rio de Janeiro, por veículos com similares características.

13.16. Relacionar os veículos disponíveis para realização do objeto da presente contratação, contendo modelo, ano, placa e o Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam dos veículos alocados, atualizando esses dados em caso de substituição.

13.17. Assumir todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas a manutenção, tributos, taxas, licenciamentos, seguro geral e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências.

13.18. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos e de quaisquer equipamentos neles instalados, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, incluindo os serviços recomendados no manual da fabricante do veículo, bem como os serviços de funilaria,



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, dentre outros necessários.

13.19. Disponibilizar os veículos no ato da entrega e das substituições, com reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços.

14.2. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada para a fiel execução do contrato.

14.4. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

14.5. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados.

14.6. Comunicar oficialmente, à Contratada, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato.

14.7. Efetuar, diariamente ou quando julgar necessário, inspeção nos veículos colocados à sua disposição, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção e limpeza, utilizando-se para tanto de Ficha de Vistoria, fornecida pela empresa contratada.

14.8. Fornecer relação dos servidores credenciados para autorizar saída de veículos.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

14.9. Controlar rigorosamente as saídas dos veículos para manutenção com anotações próprias de dados, tais como: dados do carro, data e hora de saída e chegada, justificativa, quilometragem inicial e final.

14.10. Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não cumpra as normas da Contratante na execução dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

14.11. Disponibilizar estacionamentos apropriados para a guarda dos veículos da Contratada, no período que estiverem a serviço da Contratante.

14.12. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços ou fornecimento executados em desacordo com o Contrato.

15. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

15.1. As proponentes deverão preencher a planilha de custos e formação de preços, conforme o **ANEXO B** deste Termo de Referência.

15.2. A elaboração da proposta deverá consignar obrigatória e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final do serviço proposto, conforme **ANEXO C** deste Termo de Referência.

16. DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

16.1. O serviço será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com a especificação.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

16.2. O serviço poderá ser rejeitado quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituído pela CONTRATADA no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.3. O recebimento definitivo será feito após a verificação da adequação do veículo ao que está previsto nas suas especificações, depois de decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento provisório, para permitir a observação e a vistoria necessárias para confirmar o exato cumprimento das obrigações contratuais.

16.4. Em face do descumprimento das condições e especificações estabelecidas na presente contratação e/ou havendo quaisquer pendências, a Fiscalização convocará a contratada para realizar os serviços necessários e o período entre os Recebimentos Provisório e Definitivo não suspenderá a contagem de prazo previsto inicialmente para realização dos serviços.

17. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

17.1. Será adotado Acordo de Nível de Serviço como instrumento para avaliação e controle de qualidade e desempenho dos serviços prestados pela Contratada, segundo os termos da Resolução SEPLAG nº 843, de 28 de dezembro de 2012.

17.2. O monitoramento de níveis de serviço se dará através da verificação da disponibilidade do veículo, da realização de manutenções preventiva e corretiva, e da entrega de relatórios.

17.3. A conformidade do serviço será representada por um Indicador Final de Desempenho (IFD), composto por 3 (três) outros indicadores: Indicador de Disponibilidade (ID), Indicador de Manutenção (IM) e Indicador de Capacidade de Entrega de Relatórios (ICER), conforme a seguinte fórmula:

$$IFD = (75\% * ID + 15\% * IM + 10\% * ICER)$$



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

17.4. O indicador de disponibilidade (ID) representa a Capacidade de Disponibilizar o veículo contratado pelo tempo previsto de acordo com às disposições deste Termo de Referência. O cálculo deste indicador se dá pela fórmula abaixo:

$$ID = \frac{\sum \text{tempo disponível para cada veículo (em dias)}}{\sum \text{tempo de disponibilidade prevista para cada veículo (em dias)}}$$

17.4.1. Será considerado como tempo disponível o tempo em que o veículo estiver disponível para uso pela Contratante após a entrega pela Contratada em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

17.4.2. Para efeito de cálculo do Indicador de Disponibilidade (ID), serão considerados os prazos, conforme descrito nos subitens 7.15.1, 7.16, 7.16.2 e 7.17.1 deste Termo de Referência.

17.4.2.1. Ultrapassado o período de substituição provisória indicado no subitem 7.17.1 deste Termo de Referência sem a ocorrência da substituição definitiva, o veículo deverá ser considerado como não disponível a partir do 1º dia útil subsequente.

17.4.3. O indicador de Disponibilidade (ID) terá como valor máximo 1.

17.5. O indicador de Manutenção (IM) representa a capacidade da Contratada em realizar as manutenções preventivas na periodicidade indicada e as manutenções corretivas solicitadas na forma do subitem 7.13.1 deste Termo de Referência. O cálculo deste indicador se dá pela fórmula abaixo:

$$ID = \frac{\sum \text{número de manutenções realizadas}}{\sum \text{número de manutenções previstas e/ou solicitadas}}$$

17.5.1. Para aferição deste indicador, serão consideradas como manutenções previstas as manutenções preventivas dispostas no Manual do Fabricante dos Veículos, e como



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

manutenções solicitadas as manutenções preventivas e corretivas cuja realização seja requerida pela Contratante para garantia da funcionalidade e/ou manutenção da segurança.

17.5.2. Para contagem das manutenções realizadas, previstas e/ou solicitadas deverá ser observada a periodicidade mensal.

17.5.3. Caso no mês de competência não sejam previstas ou solicitadas manutenções dos veículos, o valor do indicador de Manutenção (IM) deverá corresponder ao número 1.

17.5.4. O indicador de Manutenção (IM) terá como valor máximo 1.

17.5.5. A medição realizada pelo indicador de Manutenção (IM) difere da realizada pelo indicador de Disponibilidade (ID), tendo em vista que se destina a avaliar a realização ou não das manutenções na periodicidade estabelecida no manual do fabricante do veículo, fornecido no ato da entrega do veículo, e na ocasião de danos verificados que impossibilite o uso do veículo por baixa/perda de funcionalidade ou por medida de segurança.

17.6. O indicador de Capacidade de Entrega de Relatórios (ICER) representa a capacidade da Contratada em disponibilizar os relatórios descritos nos subitens 7.22 e 7.23 deste Termo de Referência. O cálculo deste indicador se dá pela fórmula abaixo:

$$ID = \frac{\sum \text{número de relatórios entregues}}{\sum \text{número de relatórios esperados}}$$

17.6.1. Para efeito deste indicador, deverá ser considerada a entrega dos dois relatórios esperados por veículo.

17.6.2. Para contagem da entrega dos relatórios deverá ser observada a periodicidade mensal.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

17.6.3. Ultrapassado o período de entrega dos relatórios indicado nos subitens 7.22 e 7.23 deste Termo de Referência, o respectivo relatório deverá ser considerado como não entregue, ainda que a entrega seja realizada no mês de competência.

17.6.4. O indicador de Capacidade de Entrega de Relatórios (ICER) terá como valor máximo 1.

17.7. A ausência da substituição programada no período indicado no subitem 7.24 e a disponibilização de veículo substituto com rodagem acima do substituído tratada no subitem 7.17.1.2, ambos deste Termo de Referência, não serão calculados para efeito de pagamento por meio de indicador final de desempenho (IFD), devendo ser avaliada por fator de retenção específico previsto nos subitens 7.17.1.2 e 7.24.1 deste Termo de Referência, respectivamente.

17.8. Os relatórios de cálculo dos indicadores, previstos nos subitens 7.22 e 7.23, deste Termo de Referência, deverão ser entregues por meio eletrônico aos fiscais do contrato ou servidores indicados pela Contratante, em até 10 (dez) dias a partir do fim do mês de competência.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados pela licitante vencedora até a assinatura do contrato.

16.2. Os pagamentos serão realizados mensalmente, de forma parcelada, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias após o ateste da nota fiscal pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual.

16.3. Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no ANS - Acordo de Nível de Serviço, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

prazos, obrigações contratuais, materiais aplicados, dentre outros fatores previstos neste Termo de Referência.

16.3.1. Os valores relativos aos serviços prestados serão faturados de acordo com a seguinte fórmula:

Valor de Pagamento = Indicador Final de Desempenho * Valor de Pagamento Previsto

16.3.2. O Valor de Pagamento Previsto será igual à multiplicação entre a quantidade de veículo efetivamente locado no período e o respectivo preço unitário estabelecido em Contrato, considerando a aplicação da glosa prevista nos subitens 7.17.1.2 e 7.24.1 deste Termo de Referência.

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses.

19.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

19.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

19.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

19.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. A Contratada se obriga a prestar garantia, durante toda a vigência do contrato, de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo apresentar o comprovante à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou título da dívida pública a ser depositada via DARJ;
- b) fiança bancária; ou
- c) seguro-garantia.

20.2. A garantia será restituída após o encerramento do contrato, descontados, se for o caso:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II. prejuízos diretos causados à Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.

20.3. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

20.4. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

20.5. O levantamento da garantia contratual por parte da Contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

21.2. Os quadros abaixo descrevem o grau das penalidades específicas de acordo com as infrações cometidas:

PENALIDADES (GRAU)	CORRESPONDÊNCIA
1	Multa de 1 % (um por cento) por dia corrido, a incidir sobre o valor da parcela mensal, limitado ao período de 10 (dez) dias de descumprimento, o qual ultrapassado será aplicada penalidade em grau imediatamente superior.
2	Multa de 1 % (um por cento) sobre o valor global do contrato.
3	Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente.

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Atraso injustificado na entrega dos veículos, por dia.	1



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

2	Disponibilização de veículos que não estejam em perfeitas condições de uso, por ocorrência.	2
3	Deixar de apresentar, na data da entrega do veículo, o certificado de registro e licenciamento do veículo em nome da Contratada, bem como a apólice de seguro total, sem franquia para a SEFAZ, com cobertura para roubo, furto, incêndio, colisão, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros e quaisquer casos fortuitos ou de força maior, durante todo o prazo de vigência contratual, por ocorrência.	1
4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por dia.	1
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	3
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia.	1
7	Deixar de fornecer ou repor a garantia contratual.	3
8	Inexecução total do contrato.	3
9	Realizar subcontratação sem autorização expressa da contratante.	3
10	Permitir a continuidade de veículo que ultrapasse o grau 4 da tabela presente na cláusula 7.24.1 em 5.000 km.	3

21.2.1. A multa de mora de 1% (um por cento) por dia corrido, a incidir sobre o valor da parcela mensal, respeitará o limite do art. 412 do Código Civil.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

21.3. As penalidades conforme descritas acima são meramente exemplificativas, reservando-se a comissão designada para fiscalização do contrato o direito de verificada a ocorrência de infração, segundo a proporcionalidade e a razoabilidade, utilizar outros critérios para dosimetria da pena.

21.4. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual 3.149/80.

21.5. As penalidades descritas acima serão aplicadas, sem prejuízo, das demais previstas na Lei 8.666/93 e no Contrato.

21.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

22. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

22.1. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços o do maior preço estimado por item, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam ou sejam manifestadamente inexequíveis.

22.2. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por item.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1. É permitida a subcontratação do objeto licitado, nas seguintes condições:

23.1.1. A parcela passível de subcontratação se refere à disponibilização de veículo para locação em situações de substituição provisória de veículo de carga, pelo prazo máximo de 30 (trinta)



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

dias, em caso de necessidade superveniente e ocasional de substituição e indisponibilidade de veículos próprios pela Contratada, conforme disposto no subitem 7.17.1 deste Termo de Referência.

23.1.1.1. Ultrapassado o período de 30 (trinta) dias de substituição provisória, não será permitida a continuidade da subcontratação da prestação de locação do veículo substituído, devendo a Contratada fornecer veículo de sua propriedade e que atendam as mesmas especificações do veículo substituído quanto à marca, à capacidade, à potência, à quilometragem, e ao tempo de fabricação.

23.1.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

23.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

23.1.4. São obrigações adicionais da CONTRATADA, em razão da subcontratação:

23.1.4.1. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

23.1.4.2. Substituir a empresa subcontratada, imediatamente, na hipótese de extinção da subcontratação, notificando o órgão contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis; ou demonstrar a inviabilidade da substituição.

23.1.5. Não haverá prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, permanecendo a licitante vencedora contratada como única e plena responsável perante a Administração quanto às relações jurídicas oriundas do Contrato.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

24. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

24.1. É vedada a participação de empresas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista que a presente contratação não apresenta dificuldades técnicas que façam com que seja inviável a sua execução por uma única empresa.

25. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

25.1. Fica autorizada a participação de empresas constituídas sob a forma de cooperativas, a fim de ampliar a competitividade do certame, tendo em vista que considerando a natureza do serviço objeto da presente contratação e o modelo de execução adotado, não se verifica a essencialidade de disponibilização de profissionais para execução direta dos serviços.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. Os recursos necessários à presente contratação correrão à do Programa de Trabalho 04.122.0002.2016, UG 200100(SEFAZ), Natureza da Despesa 3390.39.13.

27. ANEXOS

ANEXO A – Especificações dos Veículos

ANEXO B - Planilha de Custos e Formação de Preços

ANEXO C – Proposta de Preços

ANEXO D – Modelo de Ordem de Serviços

Em 03 de Agosto de 2022.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

Elaborado por:

Responsável pela demanda: **Diógenes Portella Caldas, chefe de divisão de transporte**

ID Funcional: 5093449-0

Telefone: (21) 2334 4771

E-mail: transportes@fazenda.rj.gov.br

Aprovado por:

Carlos Eduardo Correia Henriques
Coordenador de Serviços Compartilhados
Id Funcional: 5013977-0



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO

No momento da entrega, a Contratada deverá comprovar, por meio do Certificado de Registro do Veículo -CRV, do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV, de manual, apólices de seguro e/ou documentos corretados, que o veículo disponibilizado atende as especificações exigidas abaixo.

1. ITEM 01 – Locação de Veículo de Serviço e Operacionais

Especificações Básicas:

Quantidade: 12 (doze) unidades;

Categoria: Veículo de Serviço;

Cor: preta, prata ou branca;

Capacidade: 05 (cinco) ocupantes incluindo o motorista;

Descrição: Automóvel de categoria Compacto, assim definido no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE) (<https://www.gov.br/inmetro/pt-br/>);

Modelo: Hatch, 04 (quatro) portas;

Ano de Fabricação: Zero Quilômetro;

Combustível: Gasolina/Álcool;

Potência Motor: de 72CV a 85CV (referência gasolina);

Distância entre os eixos: de 2.460mm ~2.600mm;

Funcionalidades:

Airbag para motorista e passageiro;

Freios ABS com EBD;

Direção Hidráulica ou Elétrica;



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças
Ar-condicionado;

Vidros e travas elétricas nas 04 (quatro) portas;

Apoio de cabeça em todos os assentos;

Protetor Carter;

Rádio AM/FM/Entrada USB;

Todos os itens de segurança exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

Documentação em perfeita ordem, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência; e

Seguro total, emplacamentos e manutenções, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. ITEM 02 – Locação de Veículo de Representação

Especificações Básicas:

Quantidade: 03 (três) unidades;

Categoria: Representação;

Cor: preta, prata ou branca;

Capacidade: 05 (cinco) ocupantes incluindo o motorista;

Descrição: Automóvel de categoria grande, assim definido no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE) (<https://www.gov.br/inmetro/pt-br/>);

Modelo: Sedan 04 (quatro) portas;

Ano de Fabricação: 2022 ou superior Zero Quilômetro;

Combustível: Gasolina/Etanol;

Potência Motor: de 140 CV a 190 CV (referência gasolina);

Distância entre os eixos: eixos de 2600MM ~ 2720MM

Funcionalidades:

Airbag para motorista e passageiro;

Freios ABS;

Direção Hidráulica ou Eletroassistida;



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Subsecretaria de Administração

Departamento Geral de Administração e Finanças

Ar-condicionado;

Vidros e travas elétricas nas 04 (quatro) portas;

Apoio de cabeça em todos os assentos;

Protetor Carter;

Rádio AM/FM/Entrada USB;

Todos os itens de segurança exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

Documentação em perfeita ordem, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência; e

Seguro total, emplacamentos e manutenções, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

As características gerais dos veículos que deverão ser disponibilizados obedecem às disposições normativas vigentes quanto ao controle, à classificação, à utilização, à identificação e as especificações exigíveis.

Os componentes agregados dos veículos visam a garantir condições de segurança, salubridade, e o mínimo de conforto aos servidores do Órgão na realização de sua missão institucional, motivo pelo qual se faz necessário que o veículo tenha as características indicadas.



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

ANEXO B

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

ID E DESCRIÇÃO DO VEÍCULO: (ID) – descrição

MARCA E MODELO DO VEÍCULO: Marca e
Modelo

HORIZONTE TEMPORAL PARA PREENCHIMENTO: mensal

TEMPO DE CONTRATO: 36 (trinta e seis) meses

SUBSTITUIÇÃO OBRIGATÓRIA: ultrapassados 36 (trinta e seis) meses de uso e/ou
90.000 km (noventa mil quilômetros) rodados, o que ocorrer primeiro.

I – CUSTOS DOS VEÍCULOS: A + B	R\$ (valor mensal)
A) CUSTOS FIXOS	$A = (1 + 2 + 3 + 4 + 5)$
	R\$
1) MENSALIDADE DO VALOR DO VEÍCULO	R\$
2) DEPRECIAÇÃO	R\$
3) LICENCIAMENTO E DOCUMENTAÇÃO	R\$
4) SEGUROS	R\$
5) SERVIÇO DE TELEMETRIA	R\$
B) CUSTOS VARIÁVEIS	$B = (6 + 7 + 8 + 9 + 10)$
	R\$
6) MANUTENÇÃO (PEÇAS)	R\$
7) MANUTENÇÃO (MÃO DE OBRA)	R\$
8) MANUTENÇÃO (PNEUS)	R\$
9) MANUTENÇÃO (CÂMARAS)	R\$
10) REVISÕES	R\$



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

II – OUTROS CUSTOS: C + D + E	R\$ (valor mensal)
C) IMPOSTOS	R\$
D) LUCRO	R\$
E) GESTÃO GERAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	R\$
III – TOTAL: I + II	R\$ (valor mensal)



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

ANEXO C

MODELO DE PROPOSTA

Data da Proposta:			
Proponente:			
CNPJ:			
Endereço:	Cidade:	Bairro:	CEP:
Telefone:	()		
E-mail:			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. DE MESES	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS
VALOR TOTAL (R\$)				

Validade da Proposta: **60 (sessenta) dias**



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

ANEXO D

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:		CNPJ:	
Endereço:			
	Telefone:	Fax:	E-mail

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	

DEMAIS DETALHAMENTOS



Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
Subsecretaria de Administração
Departamento Geral de Administração e Finanças

LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:
Unidade Orçamentária:
Função Programática:
Projeto de Atividade:
Elemento de Despesa:
Fonte de Recurso:
Saldo Orçamentário:

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data